

Seminário Internacional Desfazendo Gênero
14 a 16 de agosto de 2013, Natal (RN)

Título do GT: GUETO HOMOSSEXUAL COMO ESPAÇO DE
“HOMOSNORMATIZAÇÃO” DA CULTURA GAY

O GUETO LGBT NA CIDADE DO RECIFE: sentidos, demandas e ações da
Gerência de Livre Orientação Sexual.

Wellington Bezerra Pastor – Gerente de Livre Orientação Sexual da Prefeitura
Municipal do Recife/PE

O GUETO LGBT NA CIDADE DO RECIFE: sentidos, demandas e ações da
Gerência de Livre Orientação Sexual.

RESUMO

Este estudo busca analisar quais as razões que levam os sujeitos pertencentes ao grupo LGBT a se organizarem em guetos? Se apropriando das categorias de espaço urbano, homossexualidade e guetos. Através da pesquisa etnográfica e de entrevistas semi-estruturadas, vimos que este espaço surge em função da violência sofrida pelos homossexuais.

Palavras-chave: espaço urbano, homossexualidade, gueto.

LGBT IN THE GHETTOS RECIFE CITY: senses, demands and actions of the Management
of Free Sexual Orientation.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the reasons that lead the subjects belonging to the LGBT group to organize themselves in ghettos? Appropriating the categories of urban space, homosexuality and ghettos. Through ethnographic research and semi-structured interviews, we found that this space arises due to the violence suffered by homosexuals.

Key-words: urban space, homosexuality, ghetto.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade podemos encontrar relatos que se aproximam da homossexualidade.

Na Grécia antiga onde era comum homens mais velhos manter relações sexuais com rapazes; na Roma antiga onde esperava-se que membros menos poderosos (passivos) deviam se submeter a homens de status superior (ativos); e na era cristã em que aqueles que mantinham relações sexuais apenas com indivíduos do mesmo gênero não eram significativamente distinguidos daqueles que cometessem o pecado da sodomia ou adultério com parceiros de gênero oposto. Por sua transgressão, não receberiam qualquer rótulo/identidade além da de ‘pecadores’ – porém, vale ressaltar que os construcionistas sociais rejeitam nomear tais relações de homossexuais. Argumentam os autores que tal conceito não se aplicaria àquela época.

Historicamente, a homossexualidade sempre foi um tema inquietante, gerando muitas inquietações. Na tentativa de respondê-las duas perspectivas teóricas foram desenvolvidas: a primeira calcada numa determinação natural do desejo, o essencialismo histórico, e a segunda, em sua determinação cultural, o construcionismo social (NOVENA, 2004).

O essencialismo histórico ostenta a convicção de que há algo inerente à natureza humana, inscrito nos corpos e em sua fisiologia, na forma de um instinto ou energia sexual, que define a identidade homossexual.

Já a perspectiva do construcionismo social problematiza a constituição pré-fixada da identidade sexual, argumentando que essa é produzida numa teia de diferentes significados culturais, simbólicos e eróticos. Os autores que representam esta concepção têm questionado amplamente os estudos essencialistas, afirmando que uma tal identidade homossexual não existia antes dos fins do século XIX.

Os estudiosos observam que, antes da expansão do Cristianismo, as atividades sexuais entre pessoas do mesmo gênero não eram registradas de forma particular e que, até fins de 1800, quando se criou essa nomenclatura, não podia ter

sido desenvolvida uma identidade homossexual (RUST, 1995; LIPKIN, 1999; WEEKS, 1999), ou melhor, um discurso sobre a homossexualidade tal como o conhecemos na contemporaneidade.

Vale ressaltar, que os estudos e discussões em ambas as perspectivas não apontam para alguma conclusão a respeito da etiologia da homossexualidade. Mantém-se com isso, o estado da dúvida e da incerteza, proporcionando, de um lado, o estímulo para a continuação dos estudos, o que em certa medida aprofunda a discussão e reflexão sobre esse tema e, de outro, o impedimento da normatização da homossexualidade. Mesmo assim, ela se mantém como uma representação que indica a multiplicidade, a plasticidade e complexidade da sexualidade humana (NOVENA, 2004).

A subcultura homossexual moderna teve início somente na segunda metade do século XIX, de modo que as pessoas que se interessavam sexualmente por indivíduos do mesmo gênero podiam descobrir-se uns aos outros na cultura das cidades em crescimento (WEEKS, 1999, p. 65).

Contudo, ressaltamos que esse processo de descobrimento do “igual” e do “diferente”, somado à transformação na vida familiar, a partir do século XVII, concepções construídas a partir do cristianismo, com as definições dos papéis sociais e sexuais masculinos e femininos, levou a um processo de estigmatização e exclusão dos homens que não correspondessem aos papéis sociais e sexuais deles esperados (WEEKS, 1999, p. 67).

Assim, observamos que alguns fenômenos histórico-culturais endossaram o fortalecimento da heterossexualidade enquanto instituição, tais como a mudança nos padrões de fertilidade e a utilização de técnicas de controle de natalidade e aborto; do mesmo modo, a ênfase, no século XX, do sexo como prazer trouxe a reflexão da busca da satisfação nas relações sexuais de casais (WEEKS, 1999, p. 64).

Esses acontecimentos colaboraram significativamente para construção das novas configurações da sexualidade, até mesmo sobre a homossexualidade, que teve repercussão sobre os padrões de normalidade baseados na heterossexualidade.

A partir do final do século XX, após a despatologização da homossexualidade que então, passa a ser vista como uma opção ou uma orientação, dando novos rumos à revolução sexual empreendida a partir dos anos 60. A sociedade normatizada, ou seja, onde o corpo tinha a função específica de procriar, passa a ser questionada, aflorando com isso a busca do prazer, independente do sexo e da função. Essa revolução com base na ideia da igualdade entre os sexos permitiu a organização de grupos e de movimentos, como os feministas e dos homossexuais, que reivindicam um lugar social de maior reconhecimento e liberdade na expressão corporal, sexual e verbal.

A emergência das identidades estimulou o surgimento de movimentos sociais, que buscam problematizar as relações de poder em prol do respeito aos direitos fundamentais e à liberdade dos indivíduos. Nesta busca dos grupos identitários – os chamados grupos minoritários, – ocorre a luta simbólica e política pelo espaço público que repercute necessariamente na organização espacial urbana, em suas normas de “ocupação” definindo com isso quem tem autorização para ocupar este lugar e de que forma.

A partir das ações desenvolvidas pela Gerência de Livre Orientação Sexual da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal do Recife, levantamos as seguintes questões para o estudo: quais são as razões que levam os sujeitos pertencentes aos grupos LGBT a se organizarem em guetos? Quais são as dificuldades e demandas destes sujeitos quanto à expressão pública de sua identidade sexual? E, como as vivências e interações afetivo-sexuais acontecem nesses espaços?

O objetivo deste estudo é compreender os sentidos atribuídos às relações que se estabelecem nos espaços reconhecidos socialmente como gueto e elaborar ações com vistas a ampliar os espaços de expressão das identidades LGBT, na cidade do Recife. O estudo se apropria das categorias de espaço urbano, homossexualidade e gueto para desenvolver suas análises.

As primeiras observações foram construídas a partir da pesquisa etnográfica, que envolveu observações – durante o período de seis meses – em espaços de homossociabilidade como cinemas, bares, restaurantes e boates no

bairro da Boa Vista, centro comercial do Recife, região que se concentra grande número destes estabelecimentos, além do bairro ter uma característica boemia e haver algumas áreas residenciais habitadas quase que exclusivamente por homossexuais.

Além disso, realizamos quinze entrevistas semi-estruturadas a partir de um roteiro de questões formulado a partir do objetivo geral da pesquisa: compreender os sentidos atribuídos às relações que se estabelecem nos espaços reconhecidos socialmente como gueto e elaborar ações com vistas a ampliar os espaços de expressão das identidades LGBT, na cidade do Recife. Os critérios para a escolha dos sujeitos da pesquisa foram dois: que se identificassem como homossexuais e que frequentassem espaços de homossociabilidade com certa frequência e há algum tempo. Entrevistamos cinco homens gays, cinco mulheres lésbicas e cinco transexuais – travestis e transexuais.

Definimos a análise de conteúdo para tratar as informações e discursos produzidos a partir das referências de Bardin (1988).

O interesse pela categoria de espaço urbano quando situada, em especial, na teoria pós-moderna se dá em função da possibilidade de compreendermos os processos de vigilância, controle e poder, tal como descritos por Foucault. Esses processos nos permitem a dinâmica de estabelecimento dos espaços de interação homossexual num determinado período histórico, sua “delimitação” no gueto, suas representações e sentidos.

Para compreendermos o sentido de espaço, faz-se necessário pontuar a mudança produzida a partir da globalização. A noção de espaço delimitado, estável e fixo, tal como apresentada na modernidade – da mesma forma que a noção de identidade¹ –, vem passando por um processo de descentramento (GIDDENS, 1991, p. 8).

Conforme Giddens (1991) na modernidade há uma separação cada vez maior entre o espaço e o lugar – como específico, concreto, conhecido, familiar e delimitado – o que repercute nas identidades, que passam a ser construídas

¹ No livro de Stuart Hall (2006) – A identidade cultural na pós-modernidade -, o autor descreve o processo de nascimento e morte do sujeito moderno, bem como o seu processo de descentramento.

também a partir de relações entre outros que estão "ausentes", distantes (em termos de local), de qualquer interação face a face. Ou seja, este local e esta identidade passam a ser construídos também a partir de referências ocultas e de relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1991, p. 20).

Outro aspecto a ser considerado em relação ao espaço e às identidades é que a “ampliação dos sistemas de significação e representação cultural se ampliaram, somos confrontados por uma multiplicidade cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 1999, p. 13) repercutindo no surgimento de novos arranjos identitários que certamente buscarão seu fortalecimento – tanto individual como coletivamente – a partir da organização de novos movimentos, com novas demandas em termos de reconhecimento e conquista de espaço.

Já dissemos que estes movimentos que problematizam as relações de poder em torno das produções sociais das identidades e das diferenças buscam, basicamente, o respeito aos direitos fundamentais e à liberdade dos indivíduos em suas identidades.

Entretanto, deve-se perceber que estas relações identidades/diferenças são fortemente marcadas por relações de poder e, neste sentido, a afirmação das identidades e a marcação das diferenças implicam sempre em operações de incluir e de excluir, de classificar e hierarquizar. E nos parece que é nesse sentido, que a categoria espaço poderá expressar esta relação quando ocorre a sua delimitação, como no caso do gueto.

Assim, a escolha da categoria gueto para este estudo foi condicionada por duas possibilidades de análise: a primeira relacionada ao sentido descritivo inicial do termo designando a ocupação, deliberada ou não, e a organização espacial urbana por grupos minoritários – gueto como uma área “natural”, produto da “história da migração”, por exemplo; e a segunda, a partir do alargamento deste conceito apresentada por Wacquant (2004), em que o gueto revela-se como um dispositivo sócio-organizador, como um espaço incubador simbólico da produção de uma identidade maculada, designando, portanto, uma forma especial de violência coletiva concretizada no espaço urbano.

Em especial, o gueto homossexual – constituído por espaços urbanos públicos ou comerciais, como bares, boates, cinemas – representa um ponto de encontro e de compartilhamento das vivências homossexuais (FRANÇA, 2007).

MacRae (2005), no artigo *Em defesa do gueto*, afirma que o homossexual tomado por sentimentos de anormalidade, culpa e pecado, somados à ameaça do ostracismo social, tende a se “ocultar” no gueto. Segundo este autor, este espaço apresentaria as condições para que o homossexual experimentasse a vivência nesta identidade, possibilitando a construção de sua identidade social e, com isso, seria criada a condição de assumi-la em espaços menos restritos, chegando até a apresentar-se nesta condição em todos os espaços que frequenta. Daí, a defesa do gueto.

Assim, embora as identidades sexuais pouco a pouco comecem a ser incorporadas aos discursos e espaços, o preconceito, a discriminação e a estigmatização ainda se fazem presentes na sociedade, pois a heterossexualidade permanece como a referência sobre a qual todas as relações devem se assentar. Por consequência, as “outras identidades” são vistas ainda como anormais e desviantes. Daí o questionamento constante sobre a causa da homossexualidade.

Os espaços de homossociabilidade na cidade do Recife

Como foi dito, o espaço de observação da pesquisa foi o bairro da Boa Vista, localizado na área central do Recife, o bairro da Boa vista é, praticamente, o portão de entrada para o centro da cidade, a Avenida Conde da Boa vista, é a principal artéria do bairro, e representa o coração do centro.

O bairro, bicentenário, é um dos mais antigos e tradicionais da cidade. Central e bem arborizado, com extensão territorial de 180 hectares, em suas ruas, à sombra das árvores, abrigam-se tanto residências quanto os mais variados estabelecimentos comerciais, além de grande concentração de escolas,

universidades, clínicas, hospitais, sindicatos e espaços de lazer (com bares, teatros, shoppings, cinemas, lanchonetes, etc.) o que o torna diferente dos demais bairros.

No período da noite, principalmente nos fins de semana, em alguns pontos específicos, as ruas deste bairro se transformam em de alegria, diversão, paquera e pegação, sendo frequentada quase que exclusivamente, por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, que se reúnem para tomar cerveja, conversar, flertar, dançar em alguma das várias boates ou simplesmente buscar possíveis parceiros sexuais.

O surgimento desses espaços, como se pode observar, surge do processo de exclusão social, historicamente vivenciado por esses sujeitos, que encontram no gueto, a possibilidade de expressar livremente sua identidade de gênero ou sua orientação sexual, uma vez que a rua é frequentemente considerada um lugar heterossexual. Assim, homossexuais são estimulados a buscar espaços “próprios”, por onde circulam os seus iguais, a salvo dos olhares recriminadores de grande parte da sociedade, e onde possam se sentir seguros para fazer demonstrações públicas de afeto e de sua identidade sexual.

Como pudemos observar nos discursos durante a aplicação da pesquisa, no qual todos os entrevistados, afirmaram se sentirem nestes espaços aceitos na sua plenitude, e felizes por poder compartilhar com os seus alegrias e angustias do seu cotidiano.

“Conviver nesses espaços gays para mim foi muito importante quando comecei a viver minha sexualidade, e é ainda hoje, pois posso me expressar sem medo dos olhares preconceituosos das pessoas, posso ser do jeito que sou brincar com meus amigos e conversar coisas do meu dia-a-dia (suj.masc., 28 anos).”

“Adoro ficar com meus amigos nos bares gays, nos points GLS podemos fechar, dar pintas, rir, ficar fazendo matação com as

outras bichas é sempre muito bom ficar com meus amigos nesses lugares (suj.masc.,21 anos)."

Logo, o gueto se apresenta como um espaço identitário e de compartilhamento de experiências. Como dizemos anteriormente a manutenção dos guetos surge também do medo da violência sofrida por esses sujeitos, como pudemos observar nas falas dos entrevistados.

"Gosto de estar aqui, pois não tenho medo de ser agredida por paquerar alguém e de não me interessar por rapazes, tenho medo da violência física de alguns homens que dizem que as mulheres lésbicas precisam ser agredidas fisicamente para aprender gostar de homens (suj.fem.,24 anos)

"Não tenho medo de vim para cá, posso me vestir do jeito que gosto e me sinto bem, me sinto aliviada, quando chego, pois no caminho fico recebendo xingamentos (gen.fem.,19 anos)."

Esses espaços também foram valorizados como lugares onde se compartilham experiências, aonde se podem buscar também possíveis parceiros ou parceiras para o estabelecimento de uma relação estável ou efêmera.

"Foi frequentado aqui que pude aprender com meus amigos, coisas que não aprendi que tinha dúvidas e medo de perguntar as outras pessoas. Foi frequentando os lugares gays que encontrei todos os meus casos e namorados (suj.masc. 30 anos)".

Nesse contexto, Crocker e Cols. (1998), contribuem afirmando que uma maior presença de indivíduos similarmente estigmatizados num meio ambiente determinado pode ocorrer por vários motivos, desde a segregação forçada devido à discriminação, a preferência pelo contato entre iguais e por consequência a produção da sensação de segurança, onde o sujeito pode então expressar a sua sexualidade de maneira livre. Isto repercutiria na elevação da autoestima, pois os sujeitos também se avaliam pela participação que têm em grupo.

Contudo, destacamos que embora originalmente a razão de existir do gueto esteja relacionada fortemente pela necessidade dos “diferentes”, dos estigmatizados e invisibilizados de se protegerem e se afirmarem positivamente – especialmente o gueto gay – como um espaço identitário em que as pressões da sociedade podem ser colocadas de lado, propiciando identidades mais afirmativas – a princípio – como um lugar onde pode-se viver a liberdade sexual, consideramos que esta representação merece uma análise mais cuidadosa.

Consideramos que para além desta função, o gueto funcionaria também como um dispositivo institucional de poder, já que ao acolher, situar e delimitar a vivência de um grupo num espaço determinado, este atuaria dentro da mesma lógica da negação da hipótese repressiva apresentada por Foucault (1987), em que a repressão não se daria mais através do interdito, da repressão, da censura, do silêncio e do interdito, e sim, através do estímulo, da disciplina, do controle e especialmente da vigilância. Daí, a outra função do gueto, possibilitar a vivência da sexualidade – aparentemente de forma livre, mas delimitada e porque não dizer circunscrita naquele espaço determinado.

Desafios de uma gestão pública municipal LGBT

A partir dessas considerações, inúmeros desafios se apresentam à gestão pública, principalmente no gerenciamento de uma política afirmativa, que objetiva a

garantia da cidadania, a universalização de uma educação de qualidade, o acesso à saúde com atenção integral e equidade; a eliminação de todas as formas de violência contra a população LGBT; o acesso ao trabalho e ao emprego; uma política de segurança pública voltada para garantia do direito a vida e a integridade física, moral e psicológica.

Para tanto, se fazer necessário compreendermos que tais políticas estão amparadas nos Direitos Humanos, que são principalmente políticas referenciais *éticos*, porque visam (re)direcionar os objetivos das políticas públicas para que de fato deveria se dar na prática, isto é o bem-estar da sociedade tendo o ser humano como a questão central; *jurídicos*, porque dizem respeito à garantia de direitos fundamentais para os quais o Estado deve se organizar para prestá-los, que se concretiza de por meio de políticas públicas; e *políticos*, porque visa à construção de uma nova ordem social onde todos tenham ver e voz nos processos de decisão que dizem respeito à vida em comum.

Dessa forma, os gestores tem o desafio de buscar conjugar ações diversas e complementares, com outros atores da gestão, na perspectiva de identificar as necessidades de implementação de políticas voltadas para compensar as defasagens de inserção no processo de desenvolvimento produzidas pelo modelo econômico, ou originárias de desvantagens grupais historicamente herdadas, como a negação da cidadania por um longo período. Buscando promover a transversalidade das políticas setoriais os referenciais de direitos humanos.

Essa visão estratégica, sob a ótica dos direitos humanos, deve ser capaz de traduzir políticas com três enfoques distintos, políticas de promoção, com o objetivo de efetivar os direitos ou de criar as condições para tal, ou seja, garantir a realização plena através das políticas públicas setoriais; políticas de proteção, com o intuito de defender direitos, e para tanto devem existir políticas que levem em conta as diferenças entre os distintos grupos sociais, no sentido de evitar violações e garantir proteção aos grupos expostos a situações de exclusão e violência; e políticas de reparação, que visam de alguma maneira repor a suspensão ou o impedimento da garantia dos direitos de grupos ou pessoas em relação a outros grupos ou pessoas.

E nessa perspectiva surge à necessidade da desconstrução de uma política universalista, pois quando as concepções universalistas são ponderadas, na construção de uma política pública, não é raro deparar-se com gestores/as que se recusam a fazer os recortes de gênero, raça e orientação sexual nas políticas públicas, acreditando que assim podem assegurar “direitos iguais para todas/os”. O que ocorre, na realidade, é que este tipo de postura despreza os indicadores de desigualdade e as reivindicações dos movimentos sociais que lutam por reconhecimento.

Quando a diversidade do público-alvo não é explicitada, este público é invisibilizado, aumenta-se a chance das políticas públicas reproduzirem as desigualdades presentes na sociedade. Igualmente, quando esse agente, gestores/as públicos/as, não considera, ou pouco pondera essa diversidade do público, caímos na execução puramente técnica da política, ou seja, planeja-se como administrar os serviços oferecidos e abandona-se o papel político de gestor/a público/a de favorecer a superação das desigualdades, de promover a inclusão e a justiça social, para que as políticas públicas sejam de fato universais.

Isto pressupõe considerar a diversidade e as desigualdades presentes no território, ou seja, para que a política seja para todos/as é necessário atender à população de forma diferenciada.

Ainda hoje, existe nas sociedades uma separação entre o que é “normal” e “anormal”, entre o “comum” e “incomum”, entre “iguais” e “diferentes”. Esta divisão acaba por colocar coisas e pessoas normais de um lado e de outro tudo que diverge das perspectivas da sociedade ou foge a esta regra: o normal, o patológico e o que é diferente.

Ponderando, que a noção de normal é muito relativa, uma vez que uma pessoa que não responde ao que a sociedade exige dela no plano das atitudes e condutas e também no plano de critérios físicos, sensoriais, mentais ou estéticos poderá não possuir as mesmas ideias ou regras impostas por esta mesma sociedade. Ela pode possuir o sentimento de que ela é a pessoa completa e normal, e que os outros são os “desviantes”.

Assim, o reconhecimento das diferenças, pelos outros atores da gestão, no processo de transversalização da política, representa hoje um dos grandes desafios para todos os gestores de políticas públicas para população LGBT, pois a exclusão social ainda permeia o cotidiano de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, oriundas também da universalização da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de observações realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa, observaram-se que os espaços de homossociabilidade, conhecidos como guetos, são lugares segregados da sociedade, onde os homossexuais expressam sua subjetividade compartilham experiências, alimentam sua autoestima e se fortalecem em quanto sujeito.

Pudemos observar também, nas entrevistas, que a existência e manutenção dos guetos são oriundas da sensação de segurança e liberdade de expressar “publicamente” sua identidade de gênero ou sua orientação sexual, somada a necessidade de identificação entre iguais, ou seja, pessoas que têm a mesma preferência e orientação sexual. Como afirma Pinto (1992), o gueto não pode ser entendido simplesmente como marca de retraimento, medo ou exclusão, mas sim como um espaço propício para a livre expressão da sexualidade, pelo princípio do prazer e principalmente de pertinência, da consciência de estar entre iguais.

Destacando, nessa perspectiva, o papel importante que tem o gueto para a visibilidade do sujeito e seus modos de vida. Contudo, a existência do gueto também denuncia a violência social da rejeição e da repressão da subjetividade dos sujeitos pertencentes ao grupo de LGBT.

Tais evidências apontam numerosos desafios para o poder público. O desafio de definir qual a maneira mais adequada para incorporar conteúdos e

demandas relativas aos direitos humanos, especificamente as emergidas da população LGBT.

Um desafio de criar estratégias/políticas públicas que possam garantir à população LGBT, a transversalidade das políticas públicas, que possam garantir o exercício pleno de sua cidadania, de modo que os espaços de homossociabilidade seja apenas um meio, de sociabilidade e efetividade, mas não o único espaço, no qual se possa expressar, livremente, sua orientação ou identidade sexual, garantindo para esse sujeito o direito de estar fora do gueto também.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1988.

CROCKER, J. e Cols. Social Stigma. In: GILBERT, D. T. e Cols. *The handbook of Social Psychology*. vol. 2. New York: McGraw Hill, 1998, p. 504-553.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

FERREIRA, Rosilda Arruda. *A pesquisa científica nas ciências sociais, caracterização e procedimentos*. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 1998.

FOUCAULT, Michel. Da amizade como modo de vida. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. *Gai Pied*, [S.l.], n. 25, p. 38-39, abr. 1981. Disponível em: <<http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amitie.html>>. Acesso em: 22 abr. 2005.

_____. *Vigiar e Punir, nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *Os anormais, curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRANÇA, Isadora Lins. Sobre “guetos” e “rótulos”: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo. *Cadernos pagu* (28), Campinas, janeiro-junho de 2007: 227-255.

GERSHON, Débora. ALTO, Mauricio Araújo do. SOUZA, Rosimere de. *Gestão Pública Municipal e Direitos Humanos*. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro, 2005.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. In: GREEN, James N.; TRINDADE, Ronaldo (Orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005. p. 291-308.

NOVENA, Nadia Patrícia. *A sexualidade na organização escolar: narrativas do silêncio*. Tese de Doutorado. Sociologia. UFPE, 2004. p. 280.

PINTO, C. R. J. P. Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher Enquanto sujeito Político. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Ed.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. pp. 127-150.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso (a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade)*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TROSA, Sylvie. *Gestão pública por resultados: quando o Estado se compromete*. Tradução: Maria Luíza de Carvalho. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2011.

WACQUANT, Loïc. Que é Gueto? construindo um conceito sociológico. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 23, p. 155-164, nov. 2004.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: GUACIRA, Lopes Louro (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.